

**Ata da reunião ordinária do plenário do Conselho Municipal de**

**Políticas Sobre Drogas e Álcool do município de São Paulo - COMUDA.**

**Dia 07 de Dezembro de 2021, das 14h às 17h.**

OBS: Esta reunião foi realizada em meio ao estado de calamidade pública do Estado de São Paulo, de acordo com o decreto nº 64.879, de 20 de março de 2020, e aconteceu remotamente por meio da plataforma digital *Microsoft Teams.*

**Conselheiros presentes:**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | **Nome / e-mail** | **Instituição** |
| **1** | Claudia Ruggiero Longhiclaudialonghi@prefeitura.sp.gov.br  | Secretaria Municipal de Saúde (SMS) |
| **2** | Décio Perroni Ribeiro Filhodpfilho@prefeitura.sp.gov.br | Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) |
| **3** | Elizete Aparecida Rossoni Mirandaelizete@patriciabezerra.com.br | Comissão Extraordinária Permanente de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania |
| **4** | Alcione Morenoalcionem@uol.com.br | Fundação Porta Aberta |
| **5** | Cecília Mottacecimotta@uol.com.br | Associação de Apoio ao Projeto Quixote |
| **6** | Michel Willian de Castro Marquesmichel.c.marques12@gmail.com  | Plataforma Brasileira de Política sobre Drogas (PBPD) |
| **7** | Felipe Aureliano Martinsfelipemartins\_fsp@usp.br | Associação Brasileira Multidisciplinar de Estudos sobre Drogas (ABRAMD) |
| **8** | Marcos Muniz de Souzammuniz.souza@gmail.com | Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP/SP) |
| **9** | Cristiano Ávila Maronnacmaronna@msm.adv.br | Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo (OAB/SP) |
| **10** | Vera Lucia Bagnollesivbagnolesi@sp.gov.br | Conselho Estadual de Drogas (CONED) – representante do poder público |

**Conselheiros ausentes:**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | **Nome / e-mail** | **Instituição** |
| **1** | Marcia Helena Matsushitammatsushita@sme.prefeitura.sp.gov.br  | Secretaria Municipal de Educação (SME) |
| **2** | Maria Isabel Meunier Ferrazisabelmeunier@prefeitura.sp.gov.br | Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) |
| **3** | Fernando de Oliveira Pereirafpereira@prefeitura.sp.gov.br | Secretaria Municipal de Esportes e Lazer (SEME) |
| **4** | Nilson da Silva Rosansrosa@prefeitura.sp.gov.br | Secretaria Municipal de Segurança Urbana (SMSU) |
| **5** | Rodrigo Ramos Pinto Medeirosrodrigoramos@prefeitura.sp.gov.br | Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo (SMDET) |
| **6** | Gabrielle Diasgabrielledias@prefeitura.sp.gov.br  | Secretaria do Governo Municipal (SGM) |
| **7** | Paulo Ferreira da Silvapaulo.ferreira@saopaulo.sp.leg.br | Comissão Ordinária Permanente de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher |
| **8** | Maria Angélica Comisangelica@edelei.org | Centro de Convivência é de Lei |
| **9** | Lindilene Toshie Shimabukurolindilene@gmail.com  | Instituto Sedes Sapientiae |
| **10** | Vera Lúcia Rodrigues das Neves Hansenvera.hansen@crfsp.org.br  | Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo (CRF/SP) |
| **11** | Carolina Jessica da Silva Saladocsalado@crefito3.org.br  | Conselho Regional de Terapia Ocupacional (CREFITO-3) |
| **12** | Regiane Ferreiraregiane@cress-sp.org.br | Conselho Regional de Serviço Social de São Paulo (CRESS/SP) |
| **13** | Andrea Domânico andreadomanico@gmail.com | Conselho Estadual de Drogas (CONED) – Representante da sociedade civil |
| **14** | Aguardando indicação de conselheiro(a).  | Secretaria Municipal de Cultura (SMC) |
| **15** | Aguardando indicação de conselheiro(a). | Comissão Extraordinária Permanente da Criança, Adolescente e da Juventude |
| **16** | Aguardando indicação de conselheiro(a). | Conselho Regional de Medicina de São Paulo (CREMESP) |

 **Demais presentes:**

- Bruna Iglesias Martins de Oliveira (SMDHC)

- Fernanda Ribeiro Alves Bezerra (SMDHC)

- Jorge Artur Canfield Floriani (ABRAMD)

- Nicolas François Cohen (SMDHC)

**Discussão:**

**Cristiano** sugeriu convidar Zila Sanchez para expor sua pesquisa sobre a eficiência do PROERD. Ele argumentou, a partir dessa pesquisa, que o modelo do programa deveria ser repensado. **Vera** achou interessante as mudanças sugeridas nesta pesquisa, mas também elogiou o fato de o PROERD ter solicitado a pesquisa sobre o programa. **Décio** disse que as pesquisas são importantes para acompanhamento e verificação das políticas, que favorecem o debate. **Vera** questionou sobre a oferta de políticas de prevenção, pois, ao realizar um levantamento em 60 municípios do Estado de São Paulo, constatou que em 35 deles o PROERD é o único programa de prevenção. Ela sugeriu que se pensasse em outros programas para oferecer aos municípios. **Cristiano** disse que esse processo passa por uma nova compreensão da prevenção, fazendo menção ao “conceito ético de prevenção” de Leon Garcia. Ele ainda apontou que Leon também poderia ser chamado à alguma reunião do COMUDA por sua vasta produção científica sobre o assunto. **Jorge Artur** criticou o modo como o Plano Nacional de Drogas foi construído na ausência de conferências, sugerindo que a parte de prevenção desse plano era risível. **Décio** apontou que os conselheiros deveriam pensar sobre como o COMUDA poderia contribuir na consulta pública, que foi estendida até o dia 12 de dezembro. **Cecília** acrescentou que já participou de várias reuniões com pessoas da PROERD, DENARC e da GCM, e disse que nesses diálogos era necessário lutar contra a cultura da internação como única solução e contra a cultura da repressão. **Cristiano**, ao falar sobre o PLANAD, disse que o debate deveria envolver o processo que começou com as mudanças feitas no CONAD. Ele lembrou que o Governo Federal lançou um decreto para excluir a sociedade civil do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas. Ele afirmou que, desde essa nova composição do CONAD, houve um aprofundamento da contrarreforma na política de drogas, dizendo que qualquer sugestão de aperfeiçoamento a esse plano legitimará esse processo, que é ilegítimo pela falta de participação social. Assim, ele sugeriu que o COMUDA deveria denunciar a deslegitimidade democrática do PLANAD e do CONAD, e afirmar que um Plano Nacional de Políticas sobre Drogas deveria ser construído a partir de conferências municipais, estaduais e nacionais. **Décio** comentou que oPLANAD foi centrado em interesses de gabinete e também sugeriu que não houvesse sugestões de alterações que soassem como um remendo do plano. Ele apontou a importância de elaborar um documento que apresente uma crítica ao processo de esvaziamento da participação social e a alguns itens do programa que tenham importância maior, como o incentivo a comunidades terapêuticas em detrimento do SUS e da RAPS. **Jorge Artur** achou interessante a forma conduzida pelo CONED de garantir a conferência estadual de políticas sobre drogas no ano de 2022, e sugeriu que o COMUDA planejasse a organização de uma COMPAD. **Cristiano** contou que o PLANAD foi feito a partir de uma análise diagnóstica que o CONAD aprovou, mas que não fora divulgada. Segundo ele, não faria sentido discutir sobre o plano, pois não havia acesso a essa análise executiva. Ele também disse que o Conselho Federal da AOB havia ingressado com uma ação direta de inconstitucionalidade para discutir a exclusão da sociedade civil no CONAD. **Décio** endossou que a postura do COMUDA frente ao PLANAD deveria ser crítica, ou seja, não deveria ser uma contribuição de complementação aos elementos apresentados. **Felipe** concordou com os argumentos colocados, mas disse ter ficado com a impressão de que essa questão era mais uma dentre tantas em um cenário ampliado. Ele lembrou de alguns episódios, como a nota técnica 11 de 2019 que retira o modelo substitutivo construído ao longo da reforma psiquiátrica, o incentivo a instituições asilares, o desmonte do NASF e a internação de crianças e adolescentes em comunidades terapêuticas, citando um contexto de retrocessos em oposição ao modelo de base territorial comunitária. Segundo ele, o modelo do cuidado dentro da comunidade vem sendo substituído, gerando um apagamento progressivo da cobertura da rede de saúde. Ele ainda citou a portaria que institui a RAPS, que não envolve só os serviços da saúde, mas os da assistência social, do trabalho, os lugares comunitários dos bairros, ONGs etc., mas que nessas outras pastas não havia uma portaria ou uma lei que unificasse a RAPS. **Cláudia** fez um apontamento sobre a diferença entre comunidades terapêuticas e clínicas. Segundo ela, as comunidades terapêuticas não se dispõem a ser um dispositivo clínico de modelo médico, mas sim de um modelo social. E elas existem na RAPS, mas o município de São Paulo não adota esse modelo, pois houve experiências prévias com maus resultados. Ela apontou a importância de estruturar a atenção básica para os cuidados com dependência química, pois a RAPS, para se tornar sustentável, necessita da interlocução com outras secretarias. Cláudia ainda disse que a SMS tem se debruçado sobre a questão da Atenção Básica, pois houve uma mudança no financiamento da atenção básica. As equipes da Atenção Básica vêm trabalhando não só pela lógica do apoio matricial com equipes multiprofissionais, mas também focada nos atendimentos. A SMS está em um processo de alinhamento do papel dessas equipes, para que 100% das UBS tenham cobertura em saúde mental. **Felipe** agradeceu a Cláudia por compartilhar o trabalho da SMS e afirmou a importância de a Saúde Mental estar contida na Atenção Básica. **Cecília** lembrou que as Pré-Conferências de Saúde Mental estavam ocorrendo em diversos territórios e havia um eixo em que se discute Políticas sobre Drogas, sugerindo que os conselheiros acompanhassem as discussões. Ela ainda disse que a Conferência Municipal de Saúde Mental ocorreria em janeiro de 2022. **Cláudia** complementou que as Pré-Conferências estavam ocorrendo por região de forma presencial, muitas delas estavam com uma boa aderência, mas que um dos desafios era a participação dos usuários. A Conferência Municipal seria entre os dias 28 e 30 de janeiro de 2022, na Uninove Vergueiro. **Michel** parabenizou a Coordenação de Saúde Mental do município pela proposta de cuidado em Saúde Mental na Atenção Básica e agradeceu a Cláudia pelo apoio em um projeto do Centro de Convivência É de Lei que será lançado na sexta-feira, ao qual se prontificou a compartilhar o material com os demais conselheiros. Ele ainda perguntou aos membros da SMADS e da SGM o que estava sendo pensado como possibilidades de cuidado para pessoas que são atendidas nos SIATs ou em comunidades terapêuticas, se haveria algum possível conveniamento com o Governo do Estado. **Marcos** reforçou a importância da construção coletiva que ocorre nas conferências para a construção de políticas públicas, citando as pré-conferências municipais de Saúde Mental e a VII COMPAD. Ele apontou a necessidade de focar nas conferências municipais, uma vez que elas reforçam um contato mais direto com os serviços e com a população, criticando o processo do CONAD pela ausência de participação social. **Cláudia** concordou com Marcos, argumentando que o fortalecimento da RAPS em nível municipal fortalece a lógica de cuidado territorial. **Michel** apontou a necessidade do COMUDA se aproximar da construção da política de Saúde Mental e dos modelos de cuidado no município, incluindo o fortalecimento dos CAPS e das equipes multiprofissionais na Atenção Básica. Ele ainda lembrou que São Paulo é uma cidade referência para outras, então seria de extrema importância construir uma política de Saúde Mental antimanicomial, bem como uma política de drogas antiproibicionista. **Marcos** sugeriu também pensar em outros dispositivos de residencialidade para usuários de álcool e outras drogas que vivem em situação de rua ou em cenas de uso aberto, além dos SIATs e unidades de acolhimento, que garanta supervisão clínico-institucional para os trabalhadores. **Felipe** também apontou a importância de garantir os insumos para trabalhar em campo junto dos usuários, como insumos de redução de danos, por exemplo água. **Michel** lembrou que os resultados da VII Conferência Municipal de Políticas Públicas sobre Álcool e outras Drogas haviam sido publicados recentemente, e que seria interessante analisá-los para defender as iniciativas propostas na Conferência de Saúde Mental do município. **Cláudia** disse que compartilhou no grupo de *Whatsapp* e no *chat* as informações sobre as Pré-Conferências. Ela comentou que o encontro de Pirituba teve a presença de muitas pessoas, mas em geral há um baixo número de usuários participando. Ela ainda apontou que seria importante que os membros do COMUDA se dividissem entre as Pré-Conferências para justamente levar as discussões da VII Conferência Municipal de Políticas Públicas sobre Álcool e outras Drogas. **Marcos** lembrou que, a partir das discussões, cada território elabora 12 propostas nas pré-conferências, 3 propostas para cada um dos quatro eixos. **Décio**, ao mencionar a fala de Michel, endossou a ideia de estabelecer um diálogo "inter-políticas", levando como produto as discussões e o relatório da COMPAD na própria Conferência de Saúde Mental em janeiro. **Jorge Artur** ainda sugeriu que o relatório da VII COMPAD fosse divulgado para a Conferência Estadual do CONED. **Décio** apoiou a ideia, sugerindo a criação de uma rede de integração Estado-município, o que **Cecília** comentou que seria uma forma de fortalecimento das discussões. **Décio** perguntou se o CONED já havia se manifestado sobre o PLANAD, e **Vera** respondeu que o documento elaborado pelo CONED sobre o PLANAD ainda não havia sido divulgado. **Décio** levantou a possibilidade de que esse documento também fosse construído e assinado pelo COMUDA, como forma de crítica ao PLANAD e ao CONAD. **Vera** sugeriu que Décio levasse essa proposta à reunião do CONED seguinte. **Cristiano** se prontificou a escrever um documento em nome do COMUDA para criticar os processos que estavam ocorrendo no CONAD e na construção do PLANAD.

O restante da reunião foi aberto para informes. **Michel** contou mais sobre o trabalho do É De Lei, em parceria com a SMS, que foi um projeto em redução de danos com foco para pessoas que fazem uso de drogas, bem como de prevenção a ISTs. Segundo ele, além de realizar ações de campo, o projeto promoveu ações culturais e articulação de rede em todas as regiões da cidade entre 2019 e 2021. Além disso, foram fomentados seis espaços de discussão para os trabalhadores da saúde em cada um dos 6 territórios da saúde da cidade. Michel contou que esse projeto teve inúmeros desdobramentos: alguns territórios optaram por manter o espaço de discussão, outros criaram atividades ou formularam outros projetos a partir das discussões etc. Ele ainda disse que apareceram várias questões nessas trocas, como relatos de violência, de dificuldade de acesso aos serviços por parte dos usuários, de dificuldade articulação de rede nos territórios, e da importância de fortalecer estratégias de redução de danos. Nesse sentido, ele apontou que é inviável a desarticulação de ações do município e via políticas públicas da realidade dos territórios, sugerindo que o poder público providencie diretrizes para a atuação nos territórios, mas nunca projetos prontos. **Jorge Artur** citou a rede de diálogos intersetoriais da Sé, que passou a orientar seu trabalho para a questão da fome e da moradia. Para isso, foi convocado o Conselho Municipal de Segurança Alimentar. Ele ainda comentou sobre o Plano Municipal da Primeira Infância e suas intersecções com a situação de rua e de despejos que muitas famílias vêm enfrentando. No final, **Michel** reforçou seu pedido por uma apresentação sobre o que estava sendo pensado nos programas do município para os convênios da SGM e da SMADS com as comunidades terapêuticas. Ele gostaria de uma resposta dessas secretarias e **Felipe** sugeriu deixar esse assunto como pauta para a reunião seguinte. **Alcione** divulgou que a Fundação Porta Aberta foi considerada uma das 100 melhores ONGs do Brasil em 2021. **Cecília** também compartilhou que o Projeto Quixote recebeu o prêmio da Abrinque de melhor atendimento em Saúde Mental para a infância. Os demais membros do COMUDA parabenizaram ambas. Por fim, **Alcione** lembrou que em janeiro, geralmente, as reuniões ocorrem na segunda semana por conta do recesso do Ano-Novo. A plenária decidiu que a reunião seguinte ocorreria no dia 11 de janeiro de 2022. A reunião foi encerrada.